

HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

ANTIGO TESTAMENTO

CAPÍTULO I

A PALESTINA

1. Geografia

Vários são os nomes com que a Bíblia designa a Palestina: Terra de Canaã, Terra Prometida, Terra de Israel...

Geograficamente, trata-se de uma faixa de terra apertada contra a costa mediterrânica, com limites bastante bem delineados: a Norte, separam-na do Líbano e da Síria os contrafortes montanhosos do Líbano meridional, o monte Hermon e a profunda garganta de Litani (Nahr el-Qasimiyeh); a Este, é limitada pelo deserto siro-arábico, que acompanha a antiga via das caravanas até ao Wadi el-Hesa (torrente de Zéred), situada a sudoeste do Mar Morto; a sul, temos o deserto do Negev, que acaba por confluir no deserto do Sinai; por fim, a Oeste, temos o mar Mediterrâneo, desde a foz do Nahr el-Qasimiyeh até ao Wadi el-Arish, também conhecida como torrente do Egito. Fica, pois, situada entre o 33° e o 31° graus de latitude Norte e o 34° e o 36° graus de longitude Este, com uma superfície de cerca de 34.000 Km².

Historicamente, os limites da Palestina estão ligados às vicissitudes do Povo de Israel. A Bíblia indica-nos os limites com a expressão de “Dan a Bersabé”, quanto à Cisjordânia; “do Arnon ao sopé do Hermon”, quanto à Transjordânia; O ponto máximo da extensão territorial deu-se no reinado dos reis David e Salomão, e depois, no tempo do rei Herodes.

2. Geologia e Hidrografia

Em Israel, não existe senão o rio Jordão, que nascendo no Hermon se espraia pelo lago de Tiberíades até terminar o seu percurso acidentado e cheio de curvas no Mar Morto. Os seus principais afluentes são o Jarmuc e o Jaboc. Depois de breve descanso nas planícies de Jericó, as suas águas vão, finalmente, desembocar no Mar Morto (392m abaixo do nível do mar).

O lago de Tiberíades, por sua vez, tem recebido diversos nomes: lago de Kineret (cf. Nm 34,11), lago de Genesaré e Mar da Galileia. Na época romana prevaleceu o nome de lago de Tiberíades, porque nas suas margens, Herodes edificou a cidade do mesmo nome, em honra do imperador romano Tibério. Hoje, volta a ser chamado pelos judeus “*Iam Kinneret*” (mar de Kineret). Tem 21Km de comprimento por 11 de largura e uma profundidade de 45 metros. Encontra-se a 212 metros abaixo do mar e as suas águas são doces.

O Mar Morto, também chamado lago de Asfalto ou Bahr Lut é um lago com 76 Km de comprimento por 17 de largura e, portanto, com 230 Km² de perímetro. O nível médio superior das águas é de 392m, abaixo do nível do Mediterrâneo. A profundidade máxima é de 400m. Uma península (“el Lisan”), que lhe surge a sudeste divide-o em duas partes desiguais, das quais a mais pequena, ao sul, é fundamentalmente, um lago salgado. O Mar Morto é caracterizado pela sua intensa concentração de sais, que provoca a total ausência de formas de vida, nem peixe nem algas.

3. A situação da Palestina na Meia Lua Fértil

Dois terços da Palestina é constituída por deserto: Negev e Aravá, no sul, completamente árido; as encostas montanhosas de Judá, ao centro, que são semiáridas e a Galileia ao norte totalmente verde.

As temperaturas máximas acontecem em Agosto; Janeiro é o mês mais frio do ano: na Alta Galileia, em Jerusalém e no vale de Hule, a temperatura chega a baixar até 7°C e pode mesmo nevar.

Ao consultar um mapa do Médio Oriente, logo nos damos conta que a Palestina ou Terra de Canaã se encontra integrada no chamado Crescente Fértil, ou seja, numa faixa de terreno vasta em comprimento, mas exígua em largura, apertada entre as montanhas Taurus, Ararat e Zagros (a Norte), o deserto Sírio-arábico (a Sul), que, do Golfo Pérsico, sobe acompanhando o curso dos rios Tigre e Eufrates e na alta Síria (Harran) desce em direção ao Mediterrâneo. Ali, inflete para sul ao longo da planície costeira da Palestina e do delta do Nilo prossegue ao longo da imensa linha de água por ele constituída.

Rico em água abundante, o Crescente Fértil, desde há milénios, tornou-se berço de civilizações florescentes e de impérios fortes e poderosos, que dominaram tanto na Mesopotâmia como no Egito. Admirável pela permanência foi o povo de Israel, que habitando a faixa costeira, junto ao Mediterrâneo oriental sempre foi corredor de passagem obrigatória para os impérios da Mesopotâmia (e a Norte, na Ásia Menor) e o Egito dos faraós. Por isso, na Palestina sempre ocorreram batalhas sangrentas, travadas por outros (grandes impérios) e para benefício deles.

Recordemos também Abraão, Pai dos crentes (Gn 12), integrando-o na imensa rota de migrações dos povos semitas: de Ur da Caldeia avança para ocidente, em busca de melhores pastos e melhor vida. Se estivermos atentos, observaremos que, no subconsciente do povo hebreu continuam bem vivas as lendas e mitos da Mesopotâmia, sobretudo, ao chegar a hora de transcrever, na história sagrada, a teologia das origens; e esta purificada do politeísmo e sublimada, nas intenções, continua a exprimir-se, nos primeiros capítulos do Génesis, exatamente com as mesmas imagens,

lendas e mitos dos povos da Mesopotâmia, sobretudo no momento de transcrever, na História Sagrada, a teologia das origens. E que esta purificada do politeísmo e sublimada nas intenções, continua a exprimir-se, nos primeiros capítulos do Génesis, exatamente com as mesmas imagens, lendas e mitos dos povos e regiões de origem – a Mesopotâmia. Lembremos, de modo particular, o mito babilónico da criação “Enuma Elish”, poema ao deus Marduk (sec. XIX-XVIII), a epopeia “Atra-Hasis” de cerca de 1600 a.C., precedente também da Babilónia e a epopeia de Gilgamesh, o lendário rei de Kish, na Suméria, com a narração assíria do Dilúvio (para além dos mitos da serpente, da árvore da Vida ou do Bem e do Mal) .

CAPÍTULO II

A ORIGEM DA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

1. História da Salvação

Falar de História da Salvação, diz respeito, antes de mais ao fato da presença de Deus, na criação e na história da humanidade. É pelo desígnio do Amor de Deus, que o mundo e a história humana têm origem; um desígnio que nos revela que toda a história humana está orientada para Cristo, o Filho de Deus.

Por isso, a história da Salvação, refere-se ao conjunto dos acontecimentos salvíficos, nos quais Deus manifesta a sua Salvação. Em sentido mais estrito, a história da Salvação são aquelas experiências salvíficas, que se destacam da história universal em ordem à preparação e atuação do Acontecimento de Jesus Cristo.

2. A “pré-história” na exposição da Bíblia

Para designar os onze primeiros capítulos do Génesis, é frequente o uso da expressão “pré-história bíblica”, termo não muito feliz, pois, pode levar a pensar que teríamos aqui material interessante sobre a pré-história da Terra e sobre a origem do homem. É preciso esclarecer, porém, desde o início, que a Bíblia não é um manual de história nem de ciências.

É preciso libertar-nos da ideia de que a pré-história bíblica seja uma espécie de reportagem sobre a origem do universo e do homem. Trata-se de uma tentativa audaz de inserir as histórias das tribos de Israel, no grande horizonte da humanidade e de coloca-la também em relação com a origem do cosmos.

Por esse motivo, toda a história das origens, como se apresenta nos 11 primeiros capítulos do Gênesis, pode ser vista como uma abertura da história nacional israelita. Nela estão já esboçados vários motivos temáticos de importância fundamental, não só para a localização e explicação da existência, mas também para o futuro. Por outro lado, a “pré-história bíblica” (Gen 1,1-11,9) não foi composta toda de uma só vez. Apresenta-se, antes, como elaboração de duas fontes, a saber a fonte Javista (J) e a fonte sacerdotal (P).

Gênesis 1-11 pretende mostrar como a história do povo eleito entronca na história geral da humanidade. Faz isso, preparando longamente a entrada em cena dos Patriarcas, nomeadamente de Abraão. Por aí, podemos logo observar que a história geral da Salvação e a história particular de Israel estão mutuamente ordenadas entre si: a história da humanidade encaminha-se para o Povo de Deus e o Povo de Deus existe por causa da humanidade e para comunicar a Salvação que se dirige a toda a humanidade.

Gênesis 1-11 ocupa um lugar muito especial dentro do AT. Através de narrações mais ou menos poéticas, que se referem à origem da humanidade e ao evoluir da sociedade, que se vai organizando e complexificando lenta e progressivamente. Mais importante que os dados históricos, que aí se podem encontrar, é a mensagem, que se nos quer transmitir sobre a atuação do desígnio salvífico das origens. Através dos dramas revelados na história, Deus dá-se a conhecer e fala à humanidade, é Deus quem se revela: revela-se, atraindo para si o crescimento da história, mesmo no meio dos erros humanos.

Sobre a forma de representações populares, estes primeiros capítulos do Gênesis (Gn 4-11) mostram-nos alguns quadros da vida social em crescimento. Em primeiro lugar, falam-nos da multiplicação da população (cf. Gn 6,1); fazem-nos o elenco dos povos conhecidos nesse tempo, no

horizonte geográfico de Israel. Estão aí patentes também a invenção progressiva de técnicas e instituições sociais: o nomadismo de Abel em contraponto com a vida agrícola de Caim, fundador da cidade e a sua vida errante (Gn 4,1-17); a poligamia de Lamec, o inventor do direito bárbaro e vingativo do deserto (cf. Gn 4,19.23s); as diversas castas da antiga sociedade da estepe: pastores músicos e ferreiros ambulantes (Gn 4,20-22); a função de construtor naval ligada a Noé e à construção da sua arca (cf. Gn 6, 13-16); o cultivo da vinha inaugurada por Noé (Gn 9,29s); a invenção da civilização urbana com as suas construções e as torres (zigurates) (Gn 11,2-4); a criação dos grandes impérios mesopotâmicos (Gn 10,10s).

Esta enumeração não procede, porém, de uma preocupação científica. São, apenas, uma evocação poética de um passado longínquo sobre o qual cientificamente pouco se sabe: estas narrativas pretendem dizer-nos qual é a situação religiosa dos povos antes de Abraão, dentro do quadro teológico do desígnio salvífico universal de Deus.

3. O pecado e o desígnio salvífico de Deus

Desde o princípio da boa obra criadora de Deus, o pecado também está presente e infiltrado (cf. Gn 3), passando de uma à outra geração, na pessoa de diversos tipos de pecadores que pervertem a vida social:

- Caim mata o seu irmão Abel e introduz a vingança cruel (Gn 4,8.15).
- Lamec, o iniciador da poligamia e que usa a vingança de uma forma ainda mais cruel (Gn 4,19.23s).
- A geração do dilúvio, radicalmente perversa, que enche a terra de violência (Gn 6, 1-5.11s).

- Cam, com os seus costumes impúdicos, que prenunciam a imoralidade cananeia (Gn 9,22-25).

- A geração de Babel com a sua pretensão sacrílega (Gn 11,4).

À medida que a vida social se vai complicando e desenvolvendo, assistimos à corrupção progressiva de importantes instituições: a fraternidade familiar pelo fratricídio; a família monogâmica de Adão pela poligamia de Lamec; a vida urbana pervertida pelo orgulho imperialista dos grandes impérios. Desenvolvem-se costumes que são outras tantas taras da raça humana: a hostilidade tradicional entre agricultores e pastores, Caim, sedentário e Abel, nómada; o domínio da mulher pelo homem (Lamec); a desordem na bebida e a perversão da sexualidade.

Paralelamente com o desenvolvimento do pecado, aparece o julgamento dos pecadores. Este julgamento e condenação do pecado aparece explícito desde o pecado de Adão e Eva (Gn 3,14-19), de Caim (Gn 4,10ss), da geração do Dilúvio (Gn 6,7.13.17), da torre de Babel (Gn 11,6ss). Este julgamento mostra-se concretamente nas consequências para a humanidade: a mulher dá à luz no meio de dores; o trabalho custa ao homem o suor do seu rosto e a terra produz-lhe espinhos em vez de frutos (Gn 3,16-19), a morte entra no mundo (Gn 4,8); diminui a duração da vida do homem (Gn 6,3); desarranjam-se as leis cósmicas, provocando o Dilúvio (Gn 7,12s.17-20); os homens dividem-se (Gn 11,7-9), perdendo-se a unidade da raça humana.

Desta forma plástica e poética, vemos espelhada a condição humana necessitada de salvação pelo pecado da humanidade: os aspetos do mal de que se fala nestes textos, em parte, têm origem no pecado do homem. Este mundo perverso estaria perdido se Deus não tivesse a disposição de fazer

valer a sua justiça (cf. Rm 3,21-24), isto é, a graça que salva e está também presente desde a origem.

4. A presença da graça na história dos homens

Apesar do pecado, constatamos que a graça está também presente nesta história. Deus já tem aí alguns verdadeiros adoradores: Abel (Gn 4,3ss); Enós, que inaugura o culto de Javé (Gn 4,26); Henoc, que caminha com Deus e é arrebatado por Deus (5,23s); Noé, que era um homem íntegro no meio da sua geração (6,9; 7,1); Sem e Jafet, respeitadores do seu pai (9,23.26s). A referência a estas figuras lendárias de justos e adoradores de Deus nos primórdios da história humana tem um significado muito importante: de geração em geração permanece um pequeno número de justos, um Resto. É graças a eles que se mantém a história da salvação e se preserva a história, como se vê na narrativa do Dilúvio.

Nestes primórdios ainda não existe um Povo de Deus, o qual só surge com Abraão e com a Aliança do Sinai. Desenha-se já, de modo impreciso o tema do Povo de Deus, mesmo antes da sua aparição na história. Estes justos que aparecem no Génesis têm já as suas instituições religiosas e sacramentais: os sacrifícios de Abel e de Noé (4,3; 8,20s) que são agradáveis a Deus; Têm também certas leis sobre pureza e impureza legal, como se vê pela enumeração dos animais que entram na Arca de Noé (7,2-9), leis relativas ao sangue (9,5s). Já as futuras instituições são antevistas, como se o futuro as projetasse como sombra no passado.

Esta visão teológica dos primórdios da humanidade descobre mesmo ali a presença do desígnio de salvação de Deus. Se é verdade que o pecado cortou a relação harmoniosa que havia entre Deus e o primeiro homem, é o mesmo Deus que desde então manifesta intenção de reatar essa relação e que, portanto, não abandona o povo à sua sorte. A preservação de Noé

prelucida outros atos libertadores para com o futuro povo. Mas a presença deste desígnio vai mais adiante: assume a forma de aliança, que é um aspeto importantíssimo de toda a história da salvação (9,8-16).

A aliança estabelecida com Noé estende-se à sua descendência, não só à humanidade renascida do Dilúvio como também a toda a criação (8,21-23; 9,14-16). Por aqui se vê que existe um desígnio de Aliança que não se quebrará nunca mais (9,12-17; cf. Is 54,9s) e cujo conteúdo, o futuro da história se encarregará de explicitar.

Estes textos de Gn 4-11 dizem respeito a fatos humanos muito mais importantes do que a roupagem literária poderia deixar entender. Sob o ponto de vista teológico pretendem qualificar os séculos inumeráveis que precederam a Abraão como efetiva história da salvação ainda que os desígnios de Deus se manifestem aí, apenas, de maneira muito esporádica. Deus fala, apenas, aos seus amigos, como é o caso de Noé e faz alianças com eles.

Deste modo, podemos deduzir que os inumeráveis amigos de Deus que palmilham caminhos diferentes das do Povo de Deus da Antiga ou da Nova Aliança não estão abandonados à sua sorte, mas têm, de algum modo acesso à revelação e à salvação e ordenam-se de diversos modos ao Povo de Deus. Podemos, pois, dizer que existe uma afinidade entre a situação teológica descrita em Gn 4-11 e a situação daqueles que professam religiões não-cristãs tanto de hoje como de todos os tempos. Desde que os praticantes destas religiões o façam na honestidade e verdade da sua consciência, eles não estão fora do desígnio da salvação de Deus.

5. O relato da Criação

A partir de agora, iremos fazer um breve estudo dos relatos da Criação de Gn 1-2. Na verdade, o Livro do Génesis abre-se com dois relatos complementares da criação do mundo e do homem. Estes relatos estão lá como um prefácio à Aliança com Noé, Abraão, Moisés ou mais precisamente como o primeiro ato do drama que, através de manifestações variadas da bondade de Deus e da infidelidade dos homens, constitui a história da salvação.

5.1. O relato javista: Gn 2,4-25.

O relato mais antigo da criação pertence à fonte J (javista). Debruça-se sobre a Criação do primeiro casal humano e sobre o meio ambiente que lhe foi dado para viver. Deus cria o homem a partir do barro da terra (*adamah*) e coloca-o no Éden, isto é, no Paraíso terreal. Com o barro da terra, Deus modela o corpo do homem e depois o dos animais. Do corpo do homem, Deus tira a mulher. Tudo o que existe resulta da atividade de Deus, que, nesta narrativa, trabalha como um artista humano. A atividade de Deus é, porém, eficaz e instantaneamente perfeita: Deus cria o homem para viver feliz, tendo os animais como seus servidores e uma companheira igual a si mesmo. Esta harmonia só é rompida pelo pecado que introduz a desordem e a maldição num mundo que é bom de raiz.

5.2. O relato sacerdotal: Gn 1,1-2,4.

O relato sacerdotal (sigla P) de Gn 1,1-2,4 é o mais recente e rodeia a Criação de um quadro mais grandioso. No começo, Deus tira o universo do caos primitivo (1,1) e vai-os ornamentando com tudo o que é visto como belo e útil. O escritor é muito sensível à harmonia das coisas criadas: regularidade do movimento dos astros, distinção dos reinos da terra, leis da

reprodução. A Criação é atribuída à eficácia da Palavra de Deus sem mais: “Deus disse... E assim se fez”.

Por outro lado, o conjunto da atividade criadora de Deus é repartida por 7 dias, culminando com a criação do homem e da mulher, à sua imagem e semelhança e com a responsabilidade de gerir bem a obra criada. O sétimo dia, dia do repouso de Deus, é o dia abençoado para que também o homem, a mulher e os animais repousem dos seus trabalhos. É este também o sentido da atividade criadora de Deus, feita de trabalho e repouso e que Deus quer que o ser humano imite, em ordem à valorização criadora do trabalho humano.

Entre a narrativa da Criação de Gn1 e as correspondentes tradições do antigo Oriente (babilónicas) existem alguns aspetos comuns, nomeadamente a vitória sobre o abismo, a separação das águas superiores e a criação dos astros, mas uma substancial diferença: Deus decide sozinho, delibera só consigo mesmo e não com mais ninguém, a sua vitória sobre o caos primordial não provém de um combate e o abismo não é uma divindade má (como a deusa Tiamat) nem há na Bíblia deuses nem demónios acorrentados por um deus superior vencedor. A criação é a ação espontânea de Deus todo-poderoso que cria segundo um plano que tem em vista o homem, criado à sua imagem e semelhança.

5.3.A Criação nos profetas e nos escritos sapienciais

Este modo de ver a criação de Deus foi adquirido por Israel durante uma longa experiência de fé. São, sobretudo, os profetas que vão iluminando esta ideia de Criação a partir da experiência salvífica de Deus na história do Povo de Israel. Os profetas lutam contra os ídolos, objetos sem vida, incapazes de salvar (cf. Jr 10, 1-5; Is 40, 19s; 44,9-20), enquanto

Javé é não só Aquele que liberta e salva o Povo, como também o Criador do mundo e de tudo o que existe (cf. Am 4,13; Jr 10,6-16; Is 40,21-26).

Com a evolução da experiência de fé, a ideia da Criação foi também complexificando. Deste modo, nos livros Sapienciais, Deus não só é o Criador inteligente e sábio do mundo (cf. Sb 3,19), mas a própria Sabedoria personificada esteve presente na Criação (cf. Sb 8,22-30). Além disso, os salmistas atribuem a Criação à Palavra e ao Espírito de Deus personificados (cf. Sl 33,6; Sl 104,30). Estas ideias do AT são o prelúdio da Revelação do Filho de Deus e do Espírito Santo e da criação a partir do nada, que surge na época grega, nomeadamente nos livros dos Macabeus: “Olha o céu e o que neles existe e fica a saber que Deus os fez a partir do nada e que a raça humana foi feita do mesmo modo” (2 Mc 7,28).

A Criação, na Bíblia, escapa, deste modo, a toda a mitologia muito frequente no Oriente Antigo: dando da Criação uma imagem poética, podem usar sem perigo temas da velha mitologia: a luta criadora de Deus com as bestas do abismo e os monstros do caos (Rahab e Leviatã), que são trespassados (cf. Sl 89,11) e esmagados (Sl 74,13), não totalmente destruídos, mas vencidos.

A vitória de Deus sobre o caos original estende-se a outros acontecimentos da história: o Êxodo é uma vitória sobre o monstro do grande abismo (cf. Is 51,10). Deste modo, o ato criador de Deus aparece teologicamente compreensível à luz da experiência salvífica que o Povo de Israel faz de Deus como Aquele que os liberta das mãos do faraó do Egito e os conduz através da história, que se torna para eles história de Salvação.

Além disso, Israel vê a sua própria conversão como uma nova criação ou como uma recriação (cf. Jr 31,22). No íntimo desta perspectiva grandiosa, encontra-se um drama que tem a ver diretamente com o homem que passa

do pecado à renovação do coração. Assim compreende as coisas o profeta Ezequiel (cf. Ez 36,26-35), que vê Javé renovar o coração do homem para o introduzir na alegria do Paraíso. É também com os olhos postos nesta promessa que o salmista suplica: “Criai em mim um coração puro” (cf. Sl 51,12). Promessa de nova criação ou recriação que virá definitivamente ao mundo com a vinda de Jesus Cristo.

5.3. A teologia bíblica da Criação

A teologia da criação tal como nos aparece em Gn 1-2 e nos desenvolvimentos posteriores, não é uma especulação abstrata. É uma palavra que brota de experiência de fé e da alma crente do povo, espelhada e recolhida pelo escritor sagrado. Esta experiência é uma atitude de reconhecimento e de admiração por um Deus que se preocupa com o bem do seu povo. Às vezes, é mesmo uma experiência da profunda pequenez do homem diante do poder infinito de Deus.

No primeiro caso, o homem admira; no segundo, sente-se reduzido à sua insignificância. Num caso como noutro, o homem é chamado à humildade da sua condição de criatura diante de Deus, que o criou e que está na sua origem, modelando-o como o barro do oleiro. O homem está desde o início nas mãos misericordiosas de Deus e apesar da recusa e do pecado, Ele sempre o conduz pelo caminho da Salvação, assente na confiança e na esperança.

A jeito de conclusão, poderíamos dizer que Gn 1-11 revela-nos que a experiência de fé descobre um desígnio de Salvação presente no mundo desde o princípio, mesmo com a presença do pecado do homem. Neste sentido, a história da humanidade encaminha-se, desde sempre para o Povo de Deus e para a Salvação.

5.4. O Pecado Original

A narrativa de Gn 3 faz-nos ver que, neste mundo, belo e bom que Deus criou surgiu e apareceu também o mal e o pecado. Antes de mais o Tentador aparece-nos representado pela figura da serpente, que rasteja junto da terra e que nos é apresentado como o mais astucioso dos animais da terra. A figura da serpente está cheia de ressonâncias para os povos do Médio Oriente e de um modo particular para o Povo de Israel. Este réptil estava relacionado com a questão do culto da fecundidade e estava muito difundido na antiguidade. O Povo de Israel bem conhecia a tentação e a sedução de cair nesses cultos e, por isso, nada mais natural do que representar a tentação de trocar Deus por outros deuses, através da figura da serpente.

Comer da árvore do bem e do mal, contrariando o mandamento de Deus, corresponde, no fundo, a uma reivindicação imoderada de autonomia, pretendendo que o homem se torne na medida do bem e do mal. Deste modo, o homem renega a sua condição de criatura e transtorna o projeto de Deus com profundas consequências: em primeiro lugar, a ruptura do homem com Deus e a perda da amizade divina (3,23s); em segundo lugar, a referência à morte (“És pó e em pó te hás de tornar” - 3,19) e a perda do dom da integridade pessoal (“Os olhos deles abriram-se e viram que estavam nus” - 3,7); em terceiro lugar, a referência ao sofrimento (trabalhar a terra com esforço e com o suor do rosto; dar à luz na dor).

Todas estas referências e consequências do pecado afetaram o sentido originário do plano de Deus: a morte, que foi afastada do seu sentido originário, apresenta-se, agora, como castigo do pecado, tornando a vida humana e a criação, num projeto sem sentido; a tomada de consciência da nudez por parte do homem e da mulher, acicata o desejo (concupiscência) e desorganiza totalmente a relação das pessoas umas com as outras;

finalmente o sofrimento ligado à maternidade, à relação marido-esposa e ao trabalho. Note-se, apenas, que tanto o trabalho como a maternidade como a morte já existiam, no mundo, “antes” do pecado (cf. 2,15), mas não na forma escravizante e desordenada para o homem (cf. Gn 3,16).

Apesar de todo este descalabro, originado pelo pecado, Deus anuncia, que finalmente a descendência humana vencerá: “Javé disse à serpente: porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua linhagem e a dela. Ela (a descendência da mulher) te esmagará a cabeça e tu a atingirás no calcanhar” (Gn 3,15). A promessa deste versículo de Gn 3,15 é conhecida como o proto – Evangelho da salvação.

CAPÍTULO III

ABRAÃO, PAI DOS CRENTES

1. Enquadramento histórico dos Patriarcas

O tempo em que Abraão viveu situa-se na primeira metade do segundo milénio antes de Cristo (2000-1500 a.C.).

A Mesopotâmia é caracterizada, nesse período, pelo florescimento da dinastia de Ur III - 2060-1950 a.C. A queda desta dinastia é causada pelo progressivo desenvolvimento da cidade estado, como Elam, Assur (Assíria) e Mari e ainda Babilónia, da qual se começa a falar por essas alturas. O domínio dessas cidades estado foi-se sucedendo ora a favor de uma ora a favor de outra, durante dois séculos. Entre 1728-1686 a.C. encontramos no trono da Babilónia, o célebre rei Hamurabi, sob o domínio de quem, esta cidade impôs-se a toda a Mesopotâmia. Neste tempo, para além da prosperidade económica e política, a Babilónia impôs-se também como potência cultural. O deus Marduk foi elevado ao lugar cimeiro do Panteão, a torre Etemenanki era uma das maravilhas do mundo. Floresceu a literatura com as célebres narrativas sobre a criação e a vida cívica era regulada pelo código de Hamurabi.

No início do segundo milénio, o Egito vivia um período calmo da sua história. Começa, por essa altura, o Império Médio com os grandes Faraós da Dinastia XII (1991-1786 a.C.). Expandiram a influência até à Fenícia (Biblos era uma colónia egípcia), desenvolveram a religião à volta do deus principal Amon-Rã, tendo também desenvolvido a cultura e os transportes. Não nos podemos esquecer que o Egito era um grande império com uma história muito antiga: as grandes pirâmides de Keops, Kefren e Miquerinos vêm do Império Antigo (séc. XXVI-XXV a.C.). No século XVIII a.C., este império entrou em crise e desagregação. Nessa altura,

entraram em cena, uns povos estrangeiros e semitas, os Hicsos, que conquistaram o país. Colocaram a capital em Tanis e governaram entre 1690-1570 a.C. Foi também por essa altura, que os hebreus desceram certamente ao Egito e os hicsos foram expulsos em meados do séc. XVI (1550) a.C.

A Palestina recebeu infiltrações de uma população seminómada nos primeiros séculos do segundo milénio (2000-1750 a.C.). Estes povos são seguramente da mesma estirpe semita do grupo dos Amorreus, que também se encontravam na Mesopotâmia. Com muita probabilidade, os Patriarcas hebreus fazem parte deste grupo de povos, que emigraram da Mesopotâmia para a Palestina (cf. narrativa da Páscoa hebraica, que começa por dizer “Meu pai era um arameu errante”). Este grupo de povos não diferia etnicamente dos semitas cananeus que ocupavam o país e, por isso, numa primeira fase foi fácil a miscigenação. As mudanças de hábitos, nestes povos, acontecem, sobretudo, durante o período hicsos do Egito, que exerceu grande influência na Palestina e que foi um fator de progressiva sedentarização destas gentes, que passaram a agrupar-se em cidades.

1. O contexto da vocação de Abraão

As narrações patriarcais (Gn 12-50) formam o primeiro capítulo desta grande história teológica das origens de Israel que encontramos nos primeiros seis livros da Bíblia. Nelas se nos diz que séculos antes de Israel tornar posse de Canaã, chegaram da Mesopotâmia, os seus antepassados e andaram vagueando como seminómadas por todo o país, apoiados nas promessas de Deus de que um dia essa terra pertenceria à sua posteridade.

De facto, a primeira coisa que podemos constatar é de que as narrativas do Génesis referentes aos Patriarcas se enquadram perfeitamente no meio ambiente oriental do segundo milénio a.C.. Se é certo que os

autores não fazem história no sentido moderno do termo, ou seja, como se de uma reportagem se tratasse, não é menos verdade que um grande número de documentos externos atestam a autenticidade dessas narrativas.

Começemos pelos nomes.

“Jacob” era usado na Mesopotâmia e é atestado por um chefe hitita e citado como um lugar da Palestina num texto egípcio do século XV.

O nome “Abraão” era conhecido na Babilônia e na cidade de Mari. O mesmo se diga de “Tera”, “Nacor”, “Benjamim”, “Zabulon”, “Levi” e outros. Curioso é que estes nomes se encontram entre a população amorreia dos princípios do segundo milênio e desaparecem num período posterior.

Em segundo lugar, através dos costumes patriarcais do segundo milênio, podemos comprovar a veracidade da preocupação e do temor de Abraão de que o seu escravo Eliezer de Damasco fosse o seu herdeiro (cf. Gn 15,1-4). Existiam, de facto, estas adoções de escravos para os senhores sem filhos. De modo semelhante, se explica o facto de Sara dar ao marido uma sua escrava para lhe garantir a descendência, pois, era prática corrente (cf. Gn 16,2-4). E segundo os costumes do tempo, esta escrava não podia ser expulsa de casa com o seu filho: daí a repugnância de Abraão em expulsar Agar de casa com Ismael (21,10s). O mesmo se diga da história de Jacob, adotado em casa de Labão, do compromisso que tomou de não tomar outras mulheres por esposas, senão, as filhas de Labão (31,50), do ressentimento de Raquel e de Lia contra Labão (31,15), do roubo que faz Raquel dos ídolos de Labão, o que equivalia a furtar o título da herança.

Em terceiro lugar, as deslocações e o modo de vida dos patriarcas enquadram muito perfeitamente no meio político e cultural dos começos do segundo milênio: os patriarcas são apresentados como seminómadas que vivem em tendas e percorrem a Palestina e as suas regiões limítrofes em

todas as direções, em busca de pastos para os seus rebanhos, fazendo, por vezes, longas viagens até à Mesopotâmia ou ao Egito. Não são beduínos, pois, nunca se adentram profundamente no deserto, nem são sedentários; raramente cultivam as terras e não se estabelecem em cidades e não têm terra própria a não ser para sepultar os seus mortos (cf. Gn 23). Não são nómadas em sentido estrito, porque não usam camelos, mas asnos.

Os patriarcas eram, pois, pastores seminómadas. As suas deslocações concordam perfeitamente com a situação ambiental e cultural dos seminómadas dos inícios do segundo milénio. A facilidade com que os patriarcas se movem desde a Mesopotâmia até à Palestina mostra como as comunicações eram fáceis em todo o Crescente Fértil, onde não existiam barreiras naturais. Por outro lado, as próprias movimentações dos patriarcas dentro da Palestina são verosímeis: aparecem a deslocar-se na região central montanhosa desde Siquém até ao Neguev e até ao leste do rio Jordão. Não vão para o norte nem para o vale do Jordão, que no tempo do Império Médio constituía a parte mais despovoada da Palestina. Por tudo isto, existe uma forte probabilidade de que as coisas contadas em Gn 12-50 se tenham passado na Idade do Bronze Médio (entre os séculos XX e XVII a.C.).

2. A vocação de Abraão

Os textos bíblicos colocam a origem de Abraão em relação com duas localidades babilónicas: Ur e Harã. A primeira situa-se no baixo Eufrates enquanto a segunda situa-se junto do afluente do alto Eufrates. A passagem que se refere a Ur (11,31) é muito obscura para os biblistas, de modo que se inclinam a ver a verdadeira pátria de Abraão em Harã. Ur está mais relacionada com o pai de Abraão. Harã, na alta Mesopotâmia, está mais relacionada com Abraão e os seus descendentes Isaac e Jacob, que aí regressam à procura de esposas.

Acompanhando o percurso de Abraão, na Palestina, vemos que ele toma os seus primeiros contatos com as gentes de Siquém (12,5s), mas é na parte meridional da terra de Canaã, que ele vem a fixar-se, abandonando a sua existência seminômada. Passa por Betel (12,8), Bersabé no Neguev (21,23) e em Hebron (Mambré) adquire a caverna de Macpela (32, 1-20), lugar da sua sepultura.

Gn 12 começa as narrativas que dizem respeito a Abraão com a narrativa da sua vocação: “Javé disse a Abraão: ‘Deixa a tua terra, a tua gente e a casa de teu pai e vai para a terra que eu te indicarei’” (Gn 12,1).

Este chamamento de Abraão, aparece, logo, como uma eleição gratuita e da exclusiva iniciativa de Deus. Não vêm mencionados méritos do Patriarca nem as suas qualidades. Deus escolheu-o simplesmente e faz-lhe uma proposta exigente: Abraão tem de deixar a pátria, a sua gente partir para um país desconhecido. Sacrifício que não se revela inútil, porque tem uma contraproposta: é integrado no grande plano de Deus de Salvação para o mundo: “Farei de ti um grande povo, abençoar-te-ei, engrandecerei o teu nome, que será uma bênção para todos; Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem: em ti serão abençoadas todas as nações da Terra” (Gn 12,2s). Elegendo um só homem, Deus tem em vista a Salvação de todos. Da correspondência de Abraão a Deus, depende a existência do Povo de Israel: “Abraão partiu como Senhor lhe ordenara” (Gn 12, 4).

A narrativa da Promessa está estreitamente relacionada com a sua vocação (cf. Gn 15,1-20): Abraão já está em Canaã, mas as coisas anunciadas ainda não se realizaram. É, então, nessa ocasião que Deus sela a promessa com um sacrifício de Aliança. Aliança que assenta em dois pontos.

O primeiro diz respeito à descendência: “Ergue os teus olhos ao céu e conta o número das estrelas, se és capaz de o fazer... Assim será a tua descendência” (15,5; cf. 17,5).

A segunda cláusula diz respeito à terra: “Dou este país à tua descendência, desde a torrente do Egito até ao grande rio Eufrates” (15,18).

A promessa divina apresenta grandes dificuldades em se realizar, dado que Abraão e Sara, sua esposa, estão já avançados na idade para terem um filho. O fundamental, porém, está na fé de Abraão: “Abraão acreditou em Deus, que lhe atribuiu a fé como justiça” (15,6).

Esta promessa foi selada com um holocausto (sacrifício) segundo os costumes da época: os contraentes cortavam os animais ao meio e invocavam sobre si mesmos uma sorte semelhante à daqueles animais, se viessem a não cumprir o prometido. Nesse sacrifício, a transcendência de Deus como contraente é respeitada: Deus manifesta-se sob o símbolo do fogo e Abraão vê-O em sonho (15,12.17). Além disso só Deus passa por entre as carnes sacrificadas dos animais, como se Deus fosse o único a comprometer-se, não tendo a Aliança nenhuma contrapartida no que se refere a Abraão.

Abraão ocupa, deste modo, um lugar de relevo na história da Salvação. É com ele que começa o diálogo entre Deus e o homem dentro de uma história de Salvação em sentido estrito, diálogo que não mais terá fim e que é continuado ininterruptamente, segundo o esquema: “Deus disse... Abraão respondeu”.

O seu exemplo é estimulante e consolador para os crentes de todos os tempos: Deus mostra claramente a sua inclinação para o homem, de quem exige fé. Fé, que inclui também a prova como lugar de amadurecimento (cf.

Gn 17,17-22, espera do nascimento de Isaac; cf. Gn 22, luta de consciência a propósito do sacrifício de Isaac).

A modo de conclusão, poderíamos dizer que fazendo um caminho idêntico ao de Abraão, toda a humanidade caminha para uma pátria misteriosa, que está, para além, de toda a expectativa humana. A intenção do autor não é dar-nos história, mas o sentido da história, à luz da fé: é Deus quem dirige os destinos da história. Neste sentido, os patriarcas, mais do que personalidades históricas, são personagens tipo da fé em Deus.

CAPÍTULO IV

ÊXODO, LIBERTAÇÃO E NASCIMENTO DO POVO DE DEUS

1. “Eu vi a aflição do meu Povo...”

Deus viu a humilhação do seu povo e inclinou-se para o libertar, servindo-se de Moisés como mediador nessa tarefa. A Sagrada Escritura fornece um certo número de dados biográficos dele que vão desde o seu nascimento exposto à morte nas águas do Nilo numa cesta de papiro (Ex 2,1-4) até à sua morte no Monte Nebo (Dt 34,1-6), passando pela Teofania da Sarça Ardente, onde acontece o seu chamamento (Ex 3,1-15) e a mediação da Aliança e da Lei, no Monte Sinai (Ex 19).

Moisés, de quem não se sabe nada fora da Bíblia, é um personagem histórico, o que não significa que muitos dos seus pormenores biográficos não tenham sido elaborados com base em esquemas narrativos comuns à época em que foram escritos. Lemos, por exemplo, na infância do rei acádico Sargão I (c. 2350 a.C.): “Eu sou Sargão, o poderoso rei de Akkad! Minha mãe era pobre e eu não conheci meu pai... Minha mãe deu-me à luz em segredo, meteu-me numa cesta de papiro e calafetou-a com betume. Depois, abandonou-me junto à corrente do rio (Eufrates) que não me submergiu. A água levou-me para longe até que Akki me recolheu... olhou-me com benevolência, adotou-me e instruiu-me”.

O próprio nome “Moisés”, que Ex 2,10 pretende dar-lhe o significado de “salvo das águas”, deve ser simplesmente um nome egípcio e uma abreviação de “filho do Nilo” (como em “Ramoses” e “Tutmoses” – filho de Ra ou de Tut).

Se é verdade que o episódio da Sarça Ardente fundamenta a vocação de Moisés, ela foi preparada durante muito tempo: teve uma excelente

formação humana na corte do Faraó, uma esmerada educação nos valores de uma civilização avançada como era a do Antigo Egito; Valores de uma religião avançada que tendia para o monoteísmo, sem esquecer de que tomou também contato com a religião madianita, onde o seu sogro era sacerdote.

Todos estes aspetos devem ter predisposto e aberto a alma de quem estava chamado a ser um personagem chave, na História da Salvação. A missão que Deus pediu a Moisés foi, de fato, grandiosa: “Vai, envio-te ao Faraó para fazer sair o meu povo, os filhos de Israel, do Egito” (Ex 3,10). Moisés, porém, protesta a sua incapacidade, mas esse argumento de nada conta numa tal situação, pois, a missão a cumprir não é da responsabilidade do enviado: “Moisés disse a Deus: ‘Quem sou eu para ir ao encontro do Faraó e fazer sair do Egito, os filhos de Israel?’ Deus respondeu: ‘Eu estarei contigo...’” (Ex 3,11s; cf. 4,10-16). A partir desta palavra de Deus, Moisés deixa a terra de Madiã, a casa de seu sogro e parte de novo para o Egito, de onde tinha fugido antes (cf. Ex 4,18-20).

O segundo aspeto mais importante desta narrativa do livro do Êxodo é a revelação do nome de Deus: “Deus respondeu a Moisés: ‘EU SOU AQUELE QUE SOU’. E prosseguiu: ‘Falarás assim aos filhos de Israel: (Aquele que se chama) EU SOU manda-me a vós’” (Ex 3,14). É deste ‘Eu sou’ que vem o nome “Yahweh” (Javé). Nome que não tem nenhum significado filosófico, de modo que pudéssemos dizer que Deus se revela como o “Subsistente” e qualquer que seja a verdadeira origem desta palavra, o mais importante é o seu conteúdo por referência à situação existencial de opressão dos judeus, no Egito. Por este motivo, Javé é Aquele que vê e sofre com a opressão do seu povo, no Egito, o que quer dizer que a presença de Deus é sempre dinâmica, operante e atuante. É uma existência

que se revela e se caracteriza pela fidelidade àqueles com quem se comprometeu desde a Criação até às alianças com os Patriarcas.

A revelação do nome de Deus dá-se em continuidade com o conhecimento do Deus de Abraão, Isaac e de Jacob. É uma revelação que quer fazer reviver a fé dos hebreus oprimidos e fazê-los confiar que, se Deus conduziu o destino dos antepassados, conduz também agora o destino deles. Deus não pode ser apreendido por um pensamento abstrato nem demonstrado por um raciocínio: Ele está presente e é pensável para todo o homem necessitado de salvação.

Assim, enquanto os Patriarcas viam a Deus sob o símbolo da peregrinação, devido à sua vida seminómada, agora face à situação de opressão no Egito, Israel vê a Deus como o seu Libertador. Doravante, Deus não só se manifesta como o Libertador, mas como Aquele Deus que faz Aliança e acompanha o seu Povo para onde ele vai (cf. a presença da Arca que acompanhará o seu Povo no deserto, no Templo e na cidade de Jerusalém).

2. O Deus de Israel é um Deus Libertador

“Javé salvou o seu povo das mãos dos egípcios” é o mote que ressoa através de todo o AT. Historicamente, sabe-se que a emigração das tribos israelitas do Egito se deu, com muitas dificuldades, entre os anos 1250 e 1230 a.C. A narrativa apaixonada do Êxodo deve ser vista à luz da fé do Povo, que se foi cimentando e transmitindo através das gerações. Javé domina os acontecimentos e só com a sua intervenção, a libertação foi possível (cf. Cântico de Moisés: Ex 15,1-18).

3. A Aliança do Sinai

Segundo Nm 10,11, os hebreus permaneceram alguns meses (onze) no sopé do Monte Sinai e aí se dão importantes acontecimentos: a epifania de Javé e o estabelecimento da Aliança entre Javé e a correspondente entrega da Lei (10 Mandamentos).

A Aliança do Sinai (Ex 19-24) é um acontecimento de importância comparável à saída do Egito. O ambiente é cuidadosamente estabelecido: Israel é, doravante, um Povo livre, pertença do Senhor, com um futuro aberto, reunido na intimidade de uma atmosfera sagrada. O Deus do Sinai é apresentado em toda a sua majestade e na sua magnífica transcendência (Cf. Ex 19,20-25) e não pode ser representado, porque é o Senhor de toda a Criação.

A fórmula da Aliança reduz-se ao simples mote: “Eu serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo”. O conteúdo assenta nos 10 Mandamentos. Deste modo, a Aliança do Sinai faz de Javé o Deus de Israel e de Israel o povo eleito e protegido do Senhor. O povo compromete-se a cumprir a Lei, a guardar a Aliança, aderindo assim à vontade de Deus e tornando-se pertença de Javé; Javé, por sua parte, compromete-se a estar presente, acompanhar, proteger e dar-lhes uma terra (cf. Ex 25,8; 23,22; 23,30s). A Lei vem resumida no Decálogo de Ex 20, 2-17, onde estão elencados os deveres para com Deus e para com o próximo.

Mediador desta importante Aliança, que constitui a coluna vertebral de todo o AT, é Moisés, que ordena que se sele a Aliança com um importante rito, acompanhado da leitura da Lei e do compromisso do povo: a aspersão do sangue de animais e a refeição sacrificial, que exprimem de modo visível a comunhão vital e a convivialidade entre Deus e o seu Povo eleito (cf. Ex 24,3-9).

4. A Páscoa hebraica, atualização anual da Aliança (memorial litúrgico da Páscoa judaica, criador de comunhão e fraternidade)

O pensamento crente de Israel coloca a celebração da primeira Páscoa por ocasião da libertação do Egito; porém, vistas as coisas cronologicamente, sabemos que, desde tempos imemoriais, se celebrava anualmente uma festa de pastores, que consistia no sacrifício das primícias do rebanho pelos nómadas. Era uma festa que geralmente ocorria no mês de Nisã (Março-Abril) (cf. Ex 13,4; Dt 16,1). Também se sabe, que, na Primavera, se celebrava uma festa agrícola do pão ázimo, no qual se consumia todo o excedente de trigo da colheita do ano anterior.

Estas duas festas profundamente enraizadas na cultura dos povos do Médio Oriente, foram colocadas por Moisés sob o signo da passagem (*pesah* – páscoa) do Senhor, que libertou o seu Povo do Egito, permitindo que atravessasse o Mar Vermelho a pé enxuto para celebrar a sua Páscoa no deserto e futuramente na terra prometida. Por esse motivo, Israel celebrava a Páscoa como memorial da intervenção libertadora de Javé em favor do seu povo. Deste modo e desde longa data, a Páscoa judaica constitui a preparação remota da passagem definitiva de Deus pelo nosso mundo, ocorrida na Páscoa de Jesus Cristo.

5. O caminho do Povo de Deus no Deserto

Há uma certa dificuldade em determinar com exatidão quem saiu do Egito e quando, de tal forma que alguns estudiosos aventam a hipótese de se ter dado um duplo êxodo: um no tempo de Ecnatão, no período de Amarna (século XIV a.C.) e um outro no século XIII a.C.

Sobre o caminho que os viajantes do Êxodo seguiram, Nm 33,1-49 apresenta-nos um itinerário que, partindo de Ramsés, passa através do Sinai, de Cades até Moab, em 40 etapas. De qualquer modo, vemos o povo

bíblico a fazer um caminho não retilíneo entre o Egito e a Palestina, contornando o deserto, onde se passam importantes acontecimentos. De início, há a importante etapa que é a travessia (passagem) do Mar Vermelho. Só a partir daqui é que os hebreus se viram livres e salvos da perseguição dos egípcios. Mas que dizer do acontecimento a que se refere esta passagem do Mar Vermelho?

Efetivamente não se trata propriamente do Mar Vermelho, mas do Mar das Canas, uma zona pantanosa do Suez, na direção de Ramsés. É difícil explicar o que se passou (cf. Ex 14,21-30). Temos um fenómeno quase natural, interpretado como uma intervenção miraculosa de Deus em favor do seu povo, que o Cântico de Moisés exprime festivamente como uma vitória: “Cantarei ao Senhor, que fez brilhar a sua glória, precipitou no mar o cavalo e o cavaleiro” (Ex 15,1).

Deus está presente e atuante no caminho do deserto. Por isso, o homem crente descobre em todos os acontecimentos, a intervenção miraculosa de Deus, nomeadamente, na dádiva da água, do Maná e das codornizes (cf. Ex 16). O deserto foi, pois, o tempo do noivado de Deus com o seu povo, que através do deserto conduzia o seu povo como uma águia que transporta as suas crias sob as suas penas robustas e libertando-o de todos os perigos. O deserto tornou-se, assim, símbolo do tempo do noivado e da prova, antes do casamento definitivo.

Resumindo e concluindo, verificamos e constatamos um momento alto da Revelação do nome de Deus a Moisés: EU SOU (Javé). Por outro lado, Deus revela-se como um Deus Libertador, que ouve os gritos do seu Povo. Povo, que no deserto é posto à prova e recebe a Lei (10 Mandamentos) e faz Aliança com Deus, tornando-se o Povo eleito entre todos os povos e íntimo, pela familiaridade com a Palavra e a Sabedoria de Deus e pela mediação do grande guia e profeta Moisés.

CAPÍTULO V

JOSUÉ E O TEMPO DOS JUÍZES

O período da História da Salvação compreendido entre a morte de Moisés e a instituição da monarquia com o rei Saul é ordinariamente considerado uma fase de transição, na qual o Povo de Israel foi orientado primeiro por Josué e depois na fase primeira da instalação das tribos, na Palestina, por Juízes.

1. A conquista (instalação) das tribos na Palestina

A Palestina era um território disputado pelos egípcios e pelos hititas. Entretanto, a paz entre Ramsés II e os hititas (1280 a.C.) pôs termo à influência egípcia na Palestina. A sua população era constituída por cananeus, que se encontravam lá desde o 3º milénio a.C., e amorreus, que chegaram lá em meados do 2º milénio a.C. Durante a conquista não é frequente fazer distinção entre estes distintos grupos étnicos, porque os amorreus foram assimilados pelos cananeus.

Sob o ponto de vista religioso, estas populações praticavam o culto da fertilidade. Tinham muitos deuses, à cabeça dos quais estava o deus El, contudo a divindade mais adorada era Baal (=marido, Senhor), que acabou, muitas vezes, por atrair também muitos israelitas para os seus cultos. Culturalmente, estas cidades eram avançadas pelo fato de terem desenvolvido a escrita alfabética, que nasceu na Fenícia, a partir do 3º milénio.

Entretanto, entra em cena um outro povo, os filisteus, que vieram do mar e habitavam a faixa costeira e que devido, ao vazio político de Canaã (falta de uma autoridade central) faziam incursões para as montanhas do interior. É com este povo, que Israel vai ter de se enfrentar e lutar.

Os dados arqueológicos que temos provam que houve, de fato, no século XIII a.C., uma violenta invasão devastadora e os capítulos 10 e 11 do Livro de Josué atribuem a conquista da terra a duas expedições: uma de Gabaão (cap. 10) e outra das “águas de Meron” (cap. 11). Todavia, como em quase todas as narrativas deste Livro, temos aqui, certamente, uma visão idealista e épica das vitórias de Israel, o que lhe é muito próprio. O importante era exaltar o poder de Javé. É Ele que combate por intermédio de Josué (Js 10,42). Os aspetos épicos estão ao serviço da fé e do ideal religioso.

Josué aparece como um herói e pretende-se atribuir um conjunto de sucessos militares, obtidos, alguns, em épocas posteriores. Para dizer a verdade, mais do que Josué, a personagem central deste Livro é a Terra Prometida. A Terra e a posterioridade de Israel são o cumprimento da promessa.

A esperança da promessa é alimentada pelo redator do Livro de Josué, uma vez que, na altura em que escreveu, o Reino já estava dividido e uma parte já havia caído nas mãos dos inimigos (cf. Ez 36,12; 37,25; Is 57,13; 60,21; 66,9; Sl 5,13). Israel aspira ao repouso e à estabilidade que a história de Josué lhe oferece em imagem. Esta imagem, cruelmente desmentida pelo presente, mantém viva a esperança de voltar a ver o povo de Deus unido. Por isso, podemos imaginar que a conquista da Terra de Canaã não foi tão fácil quanto o Livro de Josué pretende fazer crer.

2. A instalação em Canaã

Constatamos que a entrada e instalação em Canaã corresponde a uma nova fase do Povo de Israel: a passagem de uma vida seminómada (de “arameus errantes” como refere Dt 26,5) a uma vida sedentária. Constituiu-se uma federação de 12 tribos (unidade nacional) e há um nivelamento

religioso (unidade de culto). Contudo, tanto a unidade nacional como a unidade de culto, só serão efetivas no tempo da monarquia. Entretanto, Josué morre (Js 24,29-31) e a Terra não estava completamente conquistada (Jz 1,1). Além disso, havia muita desorganização (Jz 17,6; 21,25) e até rivalidade entre as várias tribos. A experiência primária dos acontecimentos narrados no Livro de Josué recebe o colorido e a interpretação duma época posterior, como já vimos.

Qual a intenção do autor ou autores?

Toda a grandeza do povo de Israel está fundada na eleição por Javé e na sua fidelidade à promessa (Gn 15,18). Deus é fiel (Js 24,1-11) e exige ao povo fidelidade e obediência (Js 24,14-24). A ideia da Aliança é o pano de fundo de toda a narrativa. Só o auxílio de Javé entregou a Terra aos israelitas, combatendo ao seu lado (Js 10,14.42; 11,8; 23,3.10).

3. O Livro dos Juízes

A palavra “Juiz” vem do verbo “julgar” (*shafath*) e tem o significado de restabelecer uma situação comprometida; julgar é, portanto, operar uma libertação. Israel não podia ter reis (Jz 8,23). O rei de Israel era, apenas, Javé. Os Juízes são, então, representantes do poder de Javé junto do seu povo, para o defender da invasão dos bárbaros. Surgiam quando estes os invadiam para roubar e destruir. O Juiz é carismático e não institucional: surge quando é necessário e a vitória sobre o inimigo confirma a autenticidade do Juiz. O Juiz pode perder o carisma, mas Deus permanece fiel (caso de Sansão).

O Juiz é aquele que restabelece o povo ou uma tribo, quando a sua libertação é posta em perigo. Suscitado por Deus, o Juiz salva do opressor (2,16): é essencialmente um chefe (militar), um guerreiro, que tem a obrigação de repor a justiça. Por outro lado, tem também a missão de

avivar a fé do povo e chamá-lo à fidelidade. O tempo dos Juízes abarca o período compreendido entre a entrada na Terra e o tempo da monarquia (1200-1020 a.C.). A fazer fé nos dados fornecidos pelo Livro dos Juízes teríamos um período de 410 anos, o que é manifestamente exagerado.

Esta época está fundamentalmente marcada pela falta de unidade nacional (entre as tribos) e escaramuças com os cananeus e filisteus, para além do perigo de contaminação com os deuses cananeus. Entre os Juízes poderíamos destacar os mais conhecidos: Débora, Gedeão, Jefté, Sansão, Eli e Samuel.

Débora é uma heroína carismática (uma espécie de Joana d'Arc). O seu cântico (Jz 5,2-31) leva-nos ao campo de batalha. Gedeão é um líder carismático: convidado para tomar a chefia, por ocasião da invasão dos amonitas, mostrou relutância, fazendo valer os seus méritos, mas acabou por aceitar. Sansão é também um herói carismático: defende o povo contra os filisteus, mas aparece como um homem demasiado fraco para uma vocação divina com um manifesto conflito entre carisma e eros. Eli e Samuel vivem num tempo de decadência com a construção de muitos altares ao deus Baal. Samuel apresenta-se como um homem de fé em Deus, defensor inabalável da glória de Javé. É legislador, chefe, juiz, profeta e na sua qualidade de profeta apresenta a Deus as pretensões do povo de querer um rei, embora sem as aprovar.

O Livro dos Juízes é o livro da fé de Israel. Nele se fez a história das infidelidades e da conversão de Israel a Javé, segundo um esquema muito particular: o Povo peca, Deus castiga/o Povo arrepende-se, Deus perdoa.

A convicção de que a terra de Canaã é pertença de Javé e está prometida ao seu Povo, é, na verdade, muito antiga: pertencer a Javé equivalia a ter parte no país de Javé (Js 22,25). Ora isto implica que se

Deus é o verdadeiro dono da terra, seguiam-se daí consequências muito concretas na regulamentação da propriedade entre os homens. A frase “minha é a terra, vós sois forasteiros e criados” (Lv 25,23) pode considerar-se realmente o fundamento teológico do direito agrário israelita: para além da propriedade familiar hereditária, o antigo Israel conhecia uma propriedade comum, que devia sortear-se periodicamente; Conhecia, portanto, a instituição duma possessão comunitária da terra.

O sorteio era um ato sagrado, pois, era uma profissão de fé no direito exclusivo de Javé sobre a Terra. A ideia de que Javé é o verdadeiro Senhor do país não era uma simples doutrina teórica: fundava-se em concepções do direito sagrado, as quais exerciam uma influência muito concreta na vida quotidiana de Israel.

CAPÍTULO VI

UM POVO DE REIS

1. Canaã no fim da época dos Juízes

A fixação das tribos de Israel em Canaã foi, como vimos, lenta e progressiva e não de uma vez só: havia zonas que permaneciam ainda sob o domínio filisteu. Entretanto, as fronteiras entre os dois povos foram-se consolidando, e apesar de alguns conflitos a coexistência e as trocas comerciais foram existindo (1Sam 13,19-21), mas nas mãos dos filisteus permanecia, para além da faixa costeira, junto ao Mediterrâneo, a importante fortaleza de Meguido.

Esta posição geográfica não seria perigosa se os filisteus não tivessem superado em muito os israelitas no que diz respeito à técnica militar. Havia um grande desnível militar entre eles, desfavorável a Israel. Os filisteus estavam na Idade do Ferro e só forneciam aos israelitas instrumentos de ferro para trabalhar a terra e não armas (1Sam 13,19-21).

Por outro lado esta época é marcada por uma certa decadência religiosa: abusos dos sacrifícios por parte dos filhos de Heli; perda da Arca na guerra com os filisteus (1Sam 4,1ss); adoração dos deuses cananeus Baal e Astarte (1Sam 7,3). É portanto uma época em que a fé no poder de Javé diminuiu acentuadamente. É neste contexto que os israelitas pedem um rei a Samuel como o têm as outras nações.

2. Samuel e a corrente monárquica (1Sam 9; 10.1-16; 11)

É o pano de fundo descrito que permite compreender a importância carismática da figura de Samuel. Homem de grande fé e coração puro (1Sam 3,19), torna-se no ideal de homem de fé. Aparece-nos ligado ao Santuário e investido de uma grande missão profética e de purificação dos

costumes religiosos. Projetam-se nele todas as esperanças de renovação da religião de Israel. E na verdade, com ele ocorre a unificação política das diversas tribos, que constitui o pressuposto da futura monarquia e dá-se um verdadeiro renascimento religioso. Ele é um autêntico intermediário entre Deus e o seu povo e o profeta de que Deus se servirá para consagrar os primeiros reis de Israel.

Entretanto, com o envelhecimento de Samuel, infelizmente os seus filhos não seguem os seus passos (1Sam 8,1-5) e o povo, pressionado pelo perigo exterior pede um rei que o governe e defenda, para além de assegurar a unidade e a soberania nacional. Nasce, deste modo, uma tradição de origem popular que vai dar origem à monarquia. Saul (que anda à procura das mulas do pai) encontra-se, por acaso, com Samuel e é ungido rei (em Ramá) de todas as tribos de Israel, originando a monarquia, cuja autoridade permanente é, porém, conferida por Deus.

Não deixa de ser curioso, que há uma outra tradição, que se lhe opõe, rejeitando a monarquia em nome da soberania absoluta de Javé sobre Israel (Teocracia) (1Sam 8,7). Tal corrente mais tardia e que certamente pressupõe já os insucessos da monarquia de Israel, leva o profeta Samuel a advertir o povo desse perigo e da necessária fidelidade a Javé (1Sam 8,22; 10,19).

3. Os três primeiros reis de Israel: Saul, David e Salomão

Depois das inevitáveis contraposições entre os dois grupos, Samuel aceita a monarquia na suposição de que o rei em Israel não será como nos outros povos, mas tem de ser expressão da realeza divina de Javé. O rei de Israel não está acima da Lei, mas deve ser o primeiro a cumpri-la. A sua missão será a de continuar a obra da libertação iniciada no Êxodo (1Sam 9,16-17).

A) Saul, o primeiro rei de Israel (1030-1010 a.C.)

Proclamado rei em 1030, constrói em Gibeá um Palácio fortificado (1Sam 10,26) cujos contrafortes ainda hoje existem e são a única luz direta que a arqueologia conseguiu lançar sobre a época de Saul. Combate com êxito os povos inimigos, entre os quais os filisteus, mas acabou por cair em desgraça, quando se arrogou da dignidade sacerdotal (1Sam 13,8-15) e se apoderou dos despojos da guerra, depois da vitória sobre os amalecitas (1Sam 15,1-31). Além disso, enchendo-se de ciúmes pelo seu sucessor, David, move-lhe uma guerra desenfreada e sem sentido. Deus acaba por afastar-se de Saul por causa do seu temperamento inconsequente contra David e por isso, contra a sua Vontade.

B) David, o rei de todo o Israel (1010-970 a.C.)

David tornou-se um herói de Israel não só por ter vencido Golias e suportado a ira e os ciúmes do rei Saul, mas também por ter conquistado Jerusalém, fazendo dela a capital política e religiosa de Israel. Tal feito faz parte daquelas experiências religiosas que sempre exerceram sobre o povo uma influência fundamental, permitindo que David se tornasse o rei ideal e até figura do Messias que havia de vir.

Todos os outros reis são julgados a partir da sua figura. A sua realeza será constantemente retocada e teologizada pelos escritores posteriores, sobretudo, pelos profetas, mantendo-se assim viva a promessa de que a sua descendência seria eterna. A profecia de Natã (2 Sam 7) parece ser uma adição concebida por um redator, que escreve após a queda da realeza, exatamente para alimentar essa esperança. Numa perspectiva messiânica, o tipo de David aponta para o Messias definitivo, Jesus Cristo.

C) Salomão, o construtor do Templo de Jerusalém (970-931a.C.)

Salomão, filho de David e de Betsabé sucedeu a seu pai, o rei David. É lhe atribuída uma grande sabedoria e inclinação para as artes e beleza e, por isso, muitos dos Provérbios. A ele competiu realizar a enorme tarefa de construir o Templo de Jerusalém, que acabou por mobilizar muitos artistas para trabalhar a pedra e a madeira de cedro, importada do Líbano. Graças aos seus bons contatos com os reis vizinhos, nomeadamente o rei de Tiro, relançou as relações económicas e disso tirou sempre muito proveito. Talvez, porque não tinha o carisma e a fé de seu pai e sobrecarregou o povo com muitos impostos, o seu reinado foi criando progressivamente as condições para um Cisma, que se consumará após a sua morte.

Com Salomão começa a literatura propriamente dita de Israel. Neste tempo de prosperidade, começam a recolher-se as tradições sobre os Patriarcas, o Êxodo, a entrada em Canaã e, sobretudo, nasce a Tradição Javista (J). Num estilo pitoresco, repleto de imagens, como já tivemos ocasião de observar, faz uma teologia da história e da pré-história de Israel, fundada na Promessa de Deus e ornamentada com os mitos, lendas e sagas do tempo.

CAPÍTULO VII

A DIVISÃO DO REINO E O TEMPO DO EXÍLIO

1. O Cisma em 932 a. C. (1Re 12; 2Cr 10)

Após a morte de Salomão, colocou-se o problema da sucessão. A questão agrava-se ainda pelo fato de não ter entrado na tradição do povo. O rei David devia ser escolhido por Javé e reconhecido pelos seus súbditos com os quais faria um pacto. Roboão, filho de Salomão, foi aceite pelas tribos do Sul (Judá), mas não pelas do Norte, pois, estas, diante da arrogância do rei, preferiram a separação e assim se consumou o Cisma. Aparece então Jeroboão, que se encontrava no Egito e é proclamado rei de Israel (tribos do Norte).

Do ponto de vista político, durante a vida de Salomão, o nível de vida era mais ou menos idêntico em todo o território. Feita a divisão, aparecem naturalmente as dificuldades do reino do sul: a terra pouco fértil e a falta de comércio e indústria.

Na verdade, tudo estava centrado no Norte, onde se concentravam 10 tribos e o Sul vivia dos seus favores. Aparece assim a inferioridade de Judá relativamente a Israel, o que não quer dizer que o Norte fosse uma potência regional, pois, todos sabemos que a Palestina foi sempre um corredor entre as grandes potências regionais, na altura, a Assíria a norte e o Egito ao Sul. Aproveitando a divisão do Reino, Moab e Harã tornam-se independentes e os filisteus, na orla marítima, fazem também o mesmo.

Com a separação política, veio também a independência religiosa, com os do Norte tentando evitar as subidas a Jerusalém e construindo os seus próprios santuários, de modo a orientarem para eles as suas peregrinações. Jeroboão não podia permitir que o povo do Norte fosse a

Jerusalém adorar Javé. Decide, por isso, construir dois santuários (em Betel e Dan), nos quais se adorava a Deus sob a figura de um touro. Este foi o grande pecado de Jeroboão representar a Deus, que não é representável.

2. A queda da Samaria em 722/721 a. C.

No século VIII a.C., emerge a Assíria como uma grande potência regional, que tenta expandir-se, anexando os povos vizinhos. Para tentar impedir esse expansionismo, o rei de Israel (Faceias) aliou-se com o rei de Damasco (Rason), tentando forçar o reino do Sul a aderir à coligação. Joatão, rei de Judá, recusa-se a aderir, o mesmo sucedendo com Acaz, seu sucessor. Israel e Damasco (Síria) declaram-lhe guerra (Is 7,1-9) e Jerusalém não tem a quem pedir ajuda. Acaz começa, então, a desesperar. O profeta Isaías incita o rei e o povo à resistência e prevê a vitória de Judá, que será confirmada ao rei por um sinal que ele peça (Is 7,10-17). É a célebre profecia do Emanuel, na qual se anuncia o nascimento de um menino de uma donzela do palácio real, o futuro rei Ezequias, que vencerá miraculosamente o cerco de Senaquerib da Assíria, em 701.

Acaz, porém, fazendo orelhas moucas a Isaías, pede auxílio à Assíria. Estamos no ano de 734 a.C. e o rei da Assíria estava provavelmente em marcha para a Palestina. Prevendo uma possível intervenção do Egito, Tiglat-Pileser III da Assíria avançando, começa por submeter a Filisteia, no sul, junto ao mar e depois vai a caminho do Norte, submetendo a Galileia e Galaad (além Jordão), deportando, em seguida os seus habitantes. Segue-se a conquista de Damasco: o rei é morto e a população também deportada, ficando o reino de Israel reduzido a uma pequena porção da Samaria e o resto do território foi dividido em 3 províncias assírias. Finalmente, em 722 a.C., Sargão II acaba por tomar também a Samaria e é a sujeição total do povo do norte.

3. A queda definitiva de Jerusalém em 587 a.C.

No reinado de Josias (640-609 a.C.) dá-se uma intensa purificação religiosa devido, sobretudo, à centralização do culto em Jerusalém, que tem como raiz a reconstrução do Templo e abolição de muitos templos locais.

Entretanto em 626 a.C., Nabopolasar II sobe ao trono na Babilónia e funda uma dinastia independente da potência colonizadora (Assíria). Era o começo de um novo império (império neo-babilónio), cuja primeira preocupação foi atacar os antigos colonizadores. Surge, porém, um pequeno incidente que viria a ter repercussões: Nécau III, faraó do Egito, vai em defesa dos Assírios, atravessando a Palestina. Para manter a sua independência e conquistar os favores da Babilónia, Josias, rei de Judá, opõe-se-lhe, acabando por ser morto nessa batalha de Meguido, em 609 a.C. Morre, com ele, uma grande esperança do povo de Deus.

Nécau III, faraó do Egito, não conseguindo os seus intentos de consolidar o poder assírio contra a Babilónia, tenta impor o seu domínio à Palestina, depondo Joacaz, sucessor de Josias e colocando em seu lugar Joaquim, homem muito perverso (cf. Jr 22,13ss). Vassalo do Egito e despótico na administração, Joaquim favoreceu os cultos cananeus e levou Judá a uma profunda crise de identidade.

É por esta altura que surge o profeta Jeremias a pregar em Judá (cf. Jr 4-6), denunciando a idolatria do rei Joaquim e anunciando vários perigos eminentes: a Babilónia (império neo-babilónio) continuava a avançar, submetendo a Assíria e derrotando o Egito, de modo que, a Palestina também não iria escapar ao seu poderio.

Em 604 a.C., Nabucodonosor II, depois da morte de Nabopolasar II, tornou-se imperador do império neo-babilónico e vem à Palestina, toma Ascalon, mas não ataca Judá. Em 603 a. C., volta novamente e acaba por

submeter Joaquim, que assim se torna vassalo do império neo-babilônio. Joaquim tenta rejeitar esta vassalagem, deixando de pagar tributo e voltando-se para o Egito. Em vão, porém, pois, como seria de esperar, o rei da Babilônia volta a entrar em Jerusalém em 598 a.C., depõe Joaquim e leva para Babilônia, no ano seguinte (597 a.C.), os primeiros exilados. Entre eles, estava o pequeno Ezequiel.

A situação manter-se-á confusa, durante os 10 anos seguintes, com Joaquim (três de reinado) e seu tio Sedecias (597-587/586) até que em 587 (586) é o colapso total: destruição da cidade e do Templo e uma grande deportação, à qual Jeremias consegue escapar.

4. O tempo do Exílio (587/586 a 539 a.C.)

A deportação não foi total, todavia, o panorama da Palestina era desolador (cf. Lm 5,1-18). As cidades foram todas, praticamente destruídas: muitos morreram (na guerra, por fome ou doença), outros fugiram para o estrangeiro e os que ficaram viviam na miséria. Era, enfim uma situação calamitosa de um povo espartilhado e dividido, sem chefes nem Templo. Apenas, os profetas procuravam manter viva a fé.

O Exílio foi, sem dúvida uma dura prova para o povo de Deus: perdida a sua grande segurança (o Templo de Jerusalém) e desmoronada a promessa da descendência davídica, o povo ficou confuso e surge a grande tentação de abandonar a fé dos pais (cf. Jr 44,15-19). A justiça de Javé é posta em causa (Ez 18,2.25) e alguns, no seu desespero, pensam que Javé abandonou para sempre o seu povo (Ez 33,10; 37,11).

É neste clima de dúvida, insegurança, abandono e dispersão, que vai levar o povo a cair em si e a retratar-se com a ajuda dos profetas. Israel vai ganhando consciência de que, afinal, a sua infidelidade é a causa de tão

grande desgraça e só Javé pode ter uma palavra eficaz, capaz de mudar o rumo dos acontecimentos e de trazer o povo de volta.

Surge, então, por iniciativa dos profetas (nomeadamente Jeremias e Ezequiel) a esperança de uma nova Aliança, uma Aliança já não escrita em tábua, mas no próprio coração dos homens e que se estenderá a todo o povo, fundada na justiça, na gratuidade e na misericórdia de Javé (Cf. Jr 31,31-34; Ez 34,25-31; 36,22ss).

Essa aliança fará o povo voltar à fidelidade e à comunhão com Deus, da qual se desviara pelo pecado. É a reafirmação definitiva da Aliança, no seu sentido mais pleno: “Vós sereis o Meu povo e Eu serei o vosso Deus”.

CAPÍTULO VIII

A DEPENDÊNCIA DA PÉRSIA, DA GRÉCIA E DE ROMA

Desde o cisma de 932 a.C., que o povo de Deus nunca mais conseguiu unidade e estabilidade. Com a queda da Samaria e o Exílio da Babilónia, até a independência política vai perder. O povo de Israel, desunido e enfraquecido, foi facilmente presa das deslocações das potências do tempo, sem qualquer poder de decisão ou intervenção, diante dos sucessivos impérios a que esteja sujeito: Assíria, Babilónia, Pérsia, Macedónia ou Roma.

1. Ciro: um pagão ao serviço de Javé, para libertar o seu povo

Após a morte de Nabucodonosor II (562 a.C.), o poderio do império neo-babilónico vai declinando. O enfraquecimento deste império suscita, por sua vez, o aparecimento de um outro, o império persa, com o famoso rei Ciro à sua frente. Depois de submeter todas as regiões vizinhas, incluída a Babilónia, derrotada em 539 a.C., sem grandes dificuldades, Ciro tornou-se no rei de um dos maiores impérios, que o mundo jamais conheceu: a Pérsia.

Ciro era um soberano esclarecido e que procurava obter o respeito e simpatia dos povos conquistados. Uma das suas grandes preocupações foi sempre preservar a autonomia e a religião dos povos conquistados. É neste sentido que, em 538 a.C., publicou um édito que autorizava os judeus a regressar ao seu país (cf. Esd 1,1-4). Além disso, permitiu-lhes que levassem consigo, também, os vasos sagrados que Nabucodonosor II havia saqueado do Templo de Jerusalém e com os quais rei Baltazar tinha feito uma comédia sacrílega, durante um Banquete com os grandes da corte babilónica (cf. Esd 6,3-5).

Terminava, assim, um tempo de grande prova para o povo de Deus. O povo, ou pelo menos, uma grande parte podia regressar à sua terra, pela mão de Ciro, a quem o profeta Isaías chama de seu Ungido, porque foi o agente libertador do seu povo de Israel, oprimido, na Babilónia, e com saudades de Sião. Os cânticos de Sião podiam ser entoados novamente e, agora, com muita alegria. A devastadora Babilónia ficava para trás à espera que, na linguagem do Sl 136, “os seus filhos fossem esmagados contra o rochedo”.

2. A vida na Palestina, depois do Exílio

As únicas fontes, que hoje possuímos acerca do primeiro século que se seguiu ao Exílio são os dois livros de Esdras (o segundo é normalmente chamado de Neemias).

O fervor religioso, que culmina com a consagração do Templo em 515 a.C. (cf. Esd 6,15), esgotou-se depressa. Os repatriados tiveram que se haver com a dura realidade duma vida pobre e difícil, em contraste com os belos ideais de reconstrução trazidos da Babilónia. Por outro lado, começam a surgir problemas quer com os que tinham permanecido na Palestina aquando do Exílio, quer com os Samaritanos.

Neemias e Esdras assumem, nesse período e nesta situação uma particular importância. O primeiro, regressado à Palestina em 445 a.C. (Ne 2,1ss), era um grande organizador político e religioso, que sonhava ver reconstruída a sua pátria na segurança, paz e independência. Esdras, que tal como Neemias atingira posições de relevo na corte persa (Esd 7,12-23), regressa em 423 a.C. e tenta reanimar a comunidade judaica à volta do Templo e da Lei (*Torah*) e avivar no povo os compromissos com Javé através da renovação da Aliança (Ne 10,1ss).

Sobre este período (e até 167 a.C.) não sabemos muito mais sobre a vida da Palestina. Podemos, apenas, dizer que o movimento de helenização levado a cabo por Alexandre Magno (336-323 a.C.) em todo o Oriente teve consequências importantes para a história do povo de Deus. Mais um império, que havia perecido (o persa) e mais um se levanta (o macedônio). É nesta época do reinado de Alexandre Magno da Macedônia que se difunde o grego como língua vulgar (*Koiné*) em todas as regiões conquistadas.

Após a sua morte, no ano 323 a.C., o império é dividido entre os seus generais: na Egito, os Lágidas (Ptolomeu) e na Síria e Babilónia, os Selêucidas (Seleuco). Segue-se um período de disputas entre estes herdeiros: apenas, o Egito mantém uma certa estabilidade, o que vai permitir à comunidade judaica, aí residente, aprofundar a sua fé e traduzir para grego o Antigo Testamento, pois, falando em grego, já se tinham esquecido da língua hebraica.

Nasce, deste modo, a célebre versão grega dos LXX, concluída por volta do século II da nossa era. À volta desta famosa tradução da Bíblia Hebraica para grego, também chamada Septuaginta, envolvida na lenda de que 70 sábios foram colocados em 70 locais distintos e, no final, comparando, verificaram que a tradução que tinham feito era exatamente igual.

Na Palestina, que numa primeira fase pertencia aos Ptolomeus (até 198 a.C.) viveu-se uma certa estabilidade e, como é natural, houve uma certa assimilação da cultura até ao dia em que foi conquistada pelos Selêucidas. Um dos reis desta dinastia, Antíoco Epífanes, pela sua dureza e intolerância, proibindo as práticas religiosas dos judeus e instalando, no Templo de Jerusalém, a estátua de Zeus, irá suscitar o ódio dos judeus, que

acabariam por revoltar-se, criando-lhe bastantes problemas: foi a célebre revolta dos Macabeus (168-142 a.C.).

A luta teve um desenrolar sangrento com vantagem ora de uma parte ora de outra. Judas Macabeu e seus irmãos, que eram os chefes da resistência hebraica conseguiram surpreendentes êxitos militares e souberam tirar partido das divisões internas do reino da Síria.

3. A independência dos judeus (143-63 a.C.)

Ressurgiu assim, nesta época de vitórias, a realidade que desaparecera desde a queda de Jerusalém (586 a.C.): pela primeira vez a comunidade judaica tornou-se independente do jugo estrangeiro.

A Simão, irmão de Judas Macabeu, foi conferido o cargo de Sumo Sacerdote e de príncipe. Nascia, deste modo, a dinastia dos asmoneus, nome derivado de um lendário antepassado, que se teria chamado Asmoneu. Simão teve como sucessores seus filhos, João Hircano I (134-104 a.C.) e o filho deste, Aristóbulo I (104-103 a.C.), os quais começaram a atribuir-se o título de rei.

Passado não muito tempo, emergiram, de novo, as antigas discórdias internas. Apareceu, por este tempo o partido dos fariseus, inspirado no formalismo religioso, interpretava a Lei com extremo rigor e fanatismo. Só com muito esforço, Alexandra Salomé, viúva de Aristóbulo I, conseguiu conservar o trono: primeiro para o irmão mais novo do marido, Alexandre Janeu (103-76 a. C.), com quem se casou e depois para si própria (76-67 a.C.). Após a sua morte, começou um longo período de lutas entre os seus dois filhos, Aristóbulo II (67-63 a.C.) e Hircano II, o qual com o apoio dos fariseus, reivindicava para si o trono. Por fim ambos se dirigiram ao general romano Pompeu, pedindo-lhe que resolvesse ele a controvérsia.

4. Sob o domínio de Roma, às portas da nova era

No ano 63 a.C., a Palestina é ocupada pelos romanos e torna-se, mais uma vez, um joguete em mãos alheias. Entrando então em Jerusalém, Pompeu aprisionou Aristóbulo II, cujos adeptos promoveram uma resistência e reconheceu como rei Hircano II (63 a.C.), mas desta vez com uma autoridade puramente nominal.

Após a sua morte, a dinastia asmoneia foi suplantada por Herodes (37- 4 a.C.), filho de Antípater, um não judeu, chefe militar ao serviço dos asmoneus e marido da asmoneia Mariana. Também para ele, naturalmente, o título “rei dos judeus” não era senão nominal: o poder efetivo estava doravante nas mãos dos romanos. Entretanto e enquanto Herodes mantinha o trono pela violência e pela astúcia sem escrúpulos, em Roma, Augusto (31 a.C.-14 d.C.) fundava o império dos Césares.

Voltando, no entanto, um pouco atrás e num intento de concluir, poderíamos dizer que o período que vai entre o regresso do Exílio e o início da era cristã é assinalado por dois fatores importantes:

- A reflexão aprofundada acerca dos problemas existenciais da vida humana à luz da fé em Javé, um Deus, que se vai tornando cada vez mais universal (literatura sapiencial e profética).

- A acentuação da religião judaica como uma religião cada vez mais legalista, sonhando com a instauração de um novo reino davídico (nacionalismo judaico).

Será este o espectro de fundo que irá rodear as intervenções de João Batista e de Jesus, desenhando-se assim uma nova esperança, numa nova era.

CAPÍTULO IX

OS PROFETAS

Queremos neste capítulo apresentar um movimento de grande relevo na História da Salvação do Antigo Testamento: o dos profetas bíblicos. O profetismo é um elemento chave da vida religiosa do povo de Deus. De fato, a relação de Deus com o seu povo não é somente feita pelo drama histórico, mas também pela palavra, que Deus dirige ao seu povo, de uma forma cada vez mais explícita, até se fazer incarnar em Jesus de Nazaré.

1. A origem do fenómeno profético

O profetismo parece ter tido origem, como fenómeno institucionalizado, no tempo de Samuel, se bem que o Livro do Deuterónimo diga de Moisés que “nunca mais se levantou em Israel, um profeta igual a Moisés, o qual conhecia Deus face a face” (Dt 34,10).

Os primeiros profetas apareceram no tempo imediatamente anterior à monarquia e desempenharam aí um papel importante. A função dos profetas ganhou uma importância tão grande, que a ausência deles era considerada um castigo: “Dias virão em que enviarei a fome sobre o país, não fome de pão nem sede de água, mas de escutar a palavra de Deus. E irão errantes de um mar até outro mar e do norte até ao oriente; correrão por toda a parte, buscando a palavra do Senhor, mas não a acharão” (Am 8,11s). Pelo contrário, o aparecimento de um profeta era sinal da proteção divina: Israel esperava a vinda de um novo Elias, que havia de preceder o Messias (cf. Ml 3,1.23s) .

Antes dos grandes profetas (Isaiás, Jeremias, Ezequiel, Daniel), a Bíblia refere-se a uns antecedentes, denominados filhos dos profetas. Estes personagens não são objeto de um chamamento pessoal, mas vivem numa

espécie de comunidades de profetas por escolha deles. Vivem numa espécie de confrarias de profetas, na proximidade dos grandes santuários, como por exemplo em Betel, Ramã ou Gilgal. A existência deles deve remontar ao tempo dos Juízes.

No tempo do profeta Samuel, existe um grupo desses profetas, que são chamados de “entusiastas” (no seu verdadeiro significado de “cheios de Deus”). Eles vivem também em grupo, executam exercícios bizarros, danças religiosas ao som de instrumentos musicais e entram num transe contagioso (cf. 1Sam 19,20-24): Samuel, Elias e Eliseu estiveram em contato com grupos desses profetas extáticos.

Muitos deles foram mandados assassinar, por serem profetas de Javé, pela rainha Jezabel, mulher do rei Acab (1Rs 19), pois, lutavam contra o culto de Baal. Por aqui se vê que o desenvolvimento do fenómeno profético tem a ver com a purificação da religião de Israel, de modo a demarcar-se claramente da religião dos povos circundantes.

A atuação dos profetas tem também, em muitos casos, ressonâncias políticas. O fenómeno profético desenvolve-se quando a dinastia de David caminhava seriamente para a desagregação. Os profetas representam neste caso a solicitude de Deus em relação ao povo de Israel como povo, mesmo, ao nível, da preservação da sua organização política. Por isso, a sorte dos profetas foi, muitas vezes, desastrosa, precisamente por porem em causa os homens do poder.

A atuação dos profetas tem, sobretudo, uma conotação religiosa muito acentuada contra a religião cananeia e contra a religião oficial de Israel, que, muitas vezes, protegia o poder instalado e as classes dominantes em desfavor dos pobres e dos desprotegidos (cf. Amós e as suas denúncias das injustiças sociais).

A Bíblia fala também de falsos profetas, que proferem palavras em nome de Javé, sem terem para isso recebido alguma missão: “É a mentira que estes profetas anunciam em meu nome; Eu não os enviei, não lhes ordenei nada, não lhes falei sequer. Visões de mentiras, adivinhações vãs, invenções das suas mentes, eis o que eles profetizam!” (Jr 14,14).

Em nome destes falsos profetas, os verdadeiros profetas tiveram de sofrer muitas vezes (cf. 1Rs 22,24; Jr 28,1-17). O Deuteronómio fornece critérios identificativos da verdade das profecias: em primeiro lugar, a realização plena daquilo que o profeta anuncia (cf. Dt 18,21s); em segundo lugar, a fidelidade a Javé e à sua Palavra até ao martírio (cf. Dt 13,2-6).

2. O profeta e a sua missão

Muitas vezes, temos ideias erradas acerca do que é um profeta: pensamos que ele é um adivinho, capaz de predizer o futuro. Todavia, na Bíblia, profeta não é um astrólogo nem adivinho ou extático (como os espíritas no espiritismo).

Um profeta, na Bíblia (em hebraico “*nabi*”) é um homem carismático escolhido e chamado por Deus para anunciar a sua Palavra. É uma pessoa inspirada e chamada por Deus com uma missão específica de dizer e anunciar (e até denunciar) aquilo que Deus tem para comunicar. Neste sentido, o profeta não prega as suas próprias ideias, mas transmite somente e apenas a Palavra de Deus.

O profeta é um porta-voz de Deus, que ilumina os acontecimentos e a história dos homens com a Palavra de Deus. Ele transmite a mensagem de Deus de acordo com os dotes da sua alma e da sua personalidade, da cultura, da esperança e do tempo em que vive.

É assim que Amós, pastor e cultivador de sicómoros, anuncia os tempos messiânicos sob a imagem de um tempo de grande prosperidade agrícola (cf. Am 9, 11-15), mas também denunciando os exploradores dos pobres.

Os profetas aparecem, na Bíblia, como homens de ação: pregadores, conselheiros, trabalhadores da causa de Javé. A sua missão exige-lhes uma grande coragem e capacidade de renúncia a si mesmos e persistência diante dos perigos e perseguições como muito bem resume o profeta Jeremias: “Vai a todos aqueles a quem Eu te enviar e diz-lhes tudo o que Eu te ordenar. Não tenhas medo diante deles, pois, Eu estou contigo para te proteger” (Jr 1,7s). Além disso, os profetas não esperam, apenas, que os venham consultar: por vezes, tomam eles a iniciativa de subir às praças e ao patamar do Templo para anunciar a mensagem de Deus.

O conteúdo da mensagem profética pode ser sintetizada em três pontos:

1. Combatem o culto formalista e hipócrita da classe sacerdotal e do povo; combatem a idolatria, a injustiça social e a corrupção dos costumes.
2. Denunciam as infidelidades à Aliança e por consequência, anunciam castigos para o povo infiel para que se converta.
3. Anunciam o Amor de Deus, misericordioso e compassivo em relação ao pecador que se converte e sempre maior que o pecado.

Algumas vezes, os profetas recorrem também a gestos simbólicos para transmitirem a mensagem de Deus ou para lhe darem mais consistência. É o caso de Isaías, que caminha nu e descalço para mostrar o próximo destino dos egípcios e dos etíopes que serão deportados (cf. Is 20,1-6). É o caso de Jeremias que quebra um vaso de argila para mostrar

que Javé vai dispersar o povo e destruir Jerusalém (cf. Jr 19) ou de Ezequiel que reúne duas varas para anunciar a reunificação de Judá e Israel (cf. Ez 37,15-27).

A profecia é muito importante e está omnipresente na história do Povo de Deus, mas é, sobretudo, entre os séculos VIII e V a.C., que encontramos os grandes profetas clássicos. Nestes séculos os profetas são como que a consciência espiritual do povo e os arautos da fidelidade à Aliança com Deus.

O olhar deles orienta-se dentro de uma tripla vertente: olham para o **passado** e recordam a Aliança e as exigências desta. Esta recordação e estas exigências fazem dos profetas homens iluminadores do **presente**: denunciam a infidelidade do povo e orientam-no para opções corretas. Por outro lado, são também homens do **futuro**: inspirados por Deus, eles aprofundam o significado da existência de Israel como povo eleito, abrindo-o à intervenção definitiva de Deus em relação à humanidade, através da vinda do Messias (que nós, cristãos, reconhecemos na pessoa de Jesus Cristo) e da constituição de uma Nova Aliança, interior e espiritual, iniciada com a encarnação do Filho de Deus e prolongada na dádiva do Espírito Santo.

BIBLIOGRAFIA

Atlas bíblico (Madrid 1987).

BEAUMONT, M., *A nova enciclopédia da Bíblia* (Prior Velho 2013).

CONNOLLY, P., *A vida no tempo de Jesus de Nazaré* (Lisboa - S. Paulo 1988).

HARRINGTON, W. J., *Chave para a Bíblia. A Revelação, a Promessa e a realização* (S. Paulo 1985).

JEREMIAS, J., *Jerusalen en tiempos de Jesus* (Madrid ³1985).

KONINGS, J., *La Biblia, su historia y su lectura* (Estella ²2015).

LÄPPLE, A., *A Bíblia hoje. Documentação de História, Geografia, Arqueologia* (S, Paulo 1984).

LOPES, J. M., *Atlas bíblico, geográfico-histórico* (Lisboa 1984).

SCHÜRER, E., *Historia del Pueblo Judío en tiempos de Jesus I-II* (Madrid 1985).

WRIGHT, G. E., *Arqueologia Bíblica* (Madrid 1975).